



CAPÍTULO 49

DOI: <https://doi.org/10.58871/ed.academic21062023.49>

**OS DESAFIOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE
PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES NA ATENÇÃO PRIMÁRIA:
REVISÃO DE ESCOPO**

**THE CHALLENGES FOR THE IMPLEMENTATION OF THE NATIONAL POLICY
ON INTEGRATIVE AND COMPLEMENTARY PRACTICES IN PRIMARY CARE:
SCOPE REVIEW**

LARISSA ALEXANDRE LEITE

Graduanda em Enfermagem pelo Centro Universitário de Maurício de Nassau de Juazeiro do
Norte - UNINASSAU

ELIS MARIA JESUS SANTOS

Graduanda em Enfermagem pelo Centro Universitário de Maurício de Nassau de Juazeiro do
Norte - UNINASSAU

KARLA GABRIELLA OLIVEIRA PEIXOTO DE SOUSA

Graduanda em Enfermagem pelo Centro Universitário Newton Paiva

VINÍCIUS ALVES DE FIGUEREDO

Graduando em Enfermagem pelo Centro Universitário de Maurício de Nassau de Juazeiro do
Norte - UNINASSAU

LAURA STEFFANE FERREIRA DA SILVA

Graduanda em Enfermagem pelo Centro Universitário de Maurício de Nassau de Juazeiro do
Norte - UNINASSAU

TAMIRES DE ALCANTARA MEDEIROS

Graduanda em Enfermagem pelo Centro Universitário de Maurício de Nassau de Juazeiro do
Norte - UNINASSAU

VANESSA FERREIRA DA SILVA

Graduanda em Enfermagem pelo Centro Universitário de Maurício de Nassau de Juazeiro do
Norte - UNINASSAU

MYLENA CAMPOS NASCIMENTO

Graduanda em Enfermagem pelo Centro Universitário de Maurício de Nassau de Juazeiro do
Norte - UNINASSAU

WELLINTON ALVES PEREIRA

Graduado em Educação Física pela Universidade Santo Amaro - UNISA

CINTIA NADHIA ALENCAR LANDIM

Enfermeira. Especialista em Assistência e Gestão em Saúde da Família e Docência do Ensino
Superior pela Faculdade de Juazeiro do Norte – FJN



RESUMO

Objetivo: Analisar na literatura achados que esclareçam os maiores desafios no contexto da integralização das PICS nos serviços de atenção à saúde. **Metodologia:** Realizada uma revisão de escopo, na qual a busca de dados sucedeu-se mediante as bases: LILACS e MEDLINE, através da Biblioteca Virtual de Saúde (BVS). Os descritores utilizados foram: “Terapias complementares”, “Política de saúde” e “Atenção primária à saúde”, cruzados com os operadores booleanos OR e AND. Os critérios de inclusão foram: artigos originais, sem restrições de línguas e de anos, os de exclusão: artigos duplicados, que não atendessem ao objetivo do estudo, que apresentaram inconsistências metodológicas e outras revisões de escopo. **Resultados e Discussão:** Após a realização das buscas nas bases de dados, foram encontrados 60 artigos, todavia, com a análise destes, apenas 12 artigos foram utilizados na construção deste estudo. Os principais achados do estudo demonstraram que as maiores dificuldades na implementação integral da PNPIC são: a falta de conhecimento dos gestores sobre a política, a falta de capacitação dos profissionais tanto durante e pós-período de graduação, falta de recursos financeiros pois a política não é diretamente atrelada a um orçamento próprio, além da desigualdade na forma em que a política é implantada nos municípios brasileiros. **Considerações Finais.** Mesmo com a existência da política que rege como implementar, ainda faz-se necessário um maior aporte, principalmente por parte do Ministério da Saúde, para que essas inconsistências possam ser corrigidas e de fato, haver pleno uso das PICS como grande aliado as queixas de saúde.

Palavras-chave: Terapias complementares; Política de saúde; Atenção primária à saúde.

ABSTRACT

Objective: Analyze literature findings that clarify the major challenges in the context of integrating these practices in health care services. **Methods:** A scoping review was carried out, in which data was searched using the following databases: LILACS and MEDLINE, through the Virtual Health Library (VHL). The descriptors used were: "Complementary therapies", "Health policy" and "Primary health care", crossed with the Boolean operators OR and AND. The inclusion criteria were: original articles, with no restrictions on languages or years. The exclusion criteria were: duplicate articles, articles that did not meet the study's objective, articles that presented methodological inconsistencies and other scoping reviews. **Results And Discussion:** After searching the databases, 60 articles were found; however, after analyzing them, only 12 articles were used in the construction of this study. The main findings of the study showed that the biggest difficulties in the full implementation of the PNPIC are: the managers' lack of knowledge about the policy, the lack of training of professionals both during and after graduation, the lack of financial resources because the policy is not directly linked to a budget of its own, and the inequality in the way the policy is implemented in Brazilian municipalities. **Final Considerations:** Even with the existence of the policy that governs how to implement it, it is still necessary a greater contribution, especially from the Ministry of Health, so that these inconsistencies can be corrected and in fact, there is full use of the PICS as a great ally to health complaints.

Keywords: Complementary therapies; Health policy; Primary health care.



1. INTRODUÇÃO

Com as mudanças ocasionadas devido a mudança no paradigma da saúde da população brasileira, ocasionadas pela implementação do Sistema Único de Saúde (SUS) que visa a prevenção e promoção da saúde de uma forma integralizada. Em 1970, a Organização Mundial da Saúde lançou o Programa de Medicina Tradicional, com o intuito de desenvolver políticas públicas voltadas para a área. Com o crescimento das demandas e as recomendações da OMS, em 2006 foram aprovadas as políticas públicas: Política Nacional de Plantas Medicinais e Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) (HABIMORAD et al., 2020).

A Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares foi a responsável por trazer as diretrizes norteadoras para a Medicina Tradicional Chinesa, homeopatia, plantas medicinais e fitoterapia, com seu advento, puderam ser criadas as normativas para o cadastro dos serviços ofertantes de práticas integrativas, bem como seus procedimentos específicos, contribuindo para monitoramento da implementação dos serviços no País (AMADO et al., 2017).

Uma vez que a Atenção Básica (AB) é a porta de entrada para a saúde pública, é também onde as práticas integrativas são mais aplicadas. Estudos mostram que os profissionais atuantes neste nível da saúde instigam a realização das práticas, o tratamento, muitas vezes é iniciado na própria consulta, sendo muitas vezes a abordagem inicial, deixando o tratamento convencional como segundo plano se necessário, além disso, é também promotora do diálogo interprofissional e auxilia no processo de tomada de decisões no Projeto Terapêutico Singular (PTS) de cada paciente (RUELA et al., 2019).

Subsequentemente a implementação da PNPIC, nos anos de 2008, 2011 e 2015 durante as Conferências Nacionais de Saúde (CNS), propostas que reafirmavam a necessidade do fortalecimento e implementação integral da política em todo o País. No ano de 2017, mais práticas integrativas foram integradas ao rol das já ofertadas pela PNPIC, totalizando 29 práticas ofertadas de forma gratuita pelo SUS (SILVA et al., 2020).

Apesar do arcabouço propício, avanços e baixo custo para o sistema de saúde que evidentemente contribuiriam para uma maior integração e uso das PICS no cotidiano da atenção à saúde da população, há ainda diversos percalços que impedem sua absoluta incorporação, tais como: a dificuldade na qualificação dos profissionais, monitoramento e avaliação dos serviços, fornecimento de matérias, estruturação e investimentos (REIS; ESTEVES; GRECO 2019).



Dessa forma, a hipótese direcionadora desta pesquisa é a necessidade da realização de uma análise, principalmente voltada para os gestores e profissionais atuantes na Atenção Básica, sobre as dificuldades de implementar as práticas integrativas e complementares nos serviços de saúde. Assim, formulou-se a pergunta norteadora do estudo: Quais as principais dificuldades em implementar por completo as práticas integrativas e complementares na atenção primária? Destarte, o objetivo deste, foi selecionar na literatura achados que esclareçam quais os maiores desafios no contexto da integralização das PICS nos serviços de atenção à saúde.

2. MÉTODO

O presente estudo trata-se de uma revisão de escopo, que investiga os desafios do pleno estabelecimento da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) no contexto da Atenção Primária à Saúde (APS). A pesquisa foi estruturada de acordo com a Descrição do acrônimo PCC para a formulação da pergunta norteadora, ficando o acrônimo *People, Concept e Context (PCC)*, onde: P- *Population- Usuários da atenção primária*, C- *Concept - Desafios*, C- *Context - Aplicabilidade das práticas integrativas* assim, garantindo maior clareza na elaboração da pergunta de pesquisa. Dessa forma, a pergunta de pesquisa foi: Quais os principais desafios para a plena implantação das Práticas Integrativas e Complementares na Atenção Primária?

O protocolo de pesquisa utilizado foi o PRISMA Statement de 2020, que consiste em um checklist de 22 itens com critérios bem estabelecidos e 1 fluxograma, com isso, detalhando toda a estratégia de busca da literatura, seleção e elegibilidade dos estudos.

Foram adotados os seguintes critérios de elegibilidade para a seleção dos estudos: artigos originais, sem restrição de idiomas e sem restrição de anos de publicação, e que incluíssem os seguintes Descritores em Ciências da Saúde e Medical Subject Headings (DeCS/MeHS): (“Terapias complementares” OR “Práticas integrativas e complementares”) AND “Política de saúde” AND “Atenção primária à saúde”. Excluíram-se artigos duplicados, que não atenderam ao objetivo do estudo, que apresentaram inconstâncias metodológicas e revisões de escopo, identificados na triagem dos artigos através da leitura pela plataforma de gerenciamento de referências Rayyan. Desta forma, os estudos não elegíveis foram submetidos a uma avaliação composta por três etapas: 1. Primeira etapa: foi realizada a exclusão de estudos duplicados; 2. Segunda etapa: constitui na exclusão dos títulos fora do contexto abordado; 3.



Terceira etapa: exclusão de artigos que não atenderam ao objetivo do estudo e resumos fora do contexto abordado, que apresentaram inconstâncias metodológicas.

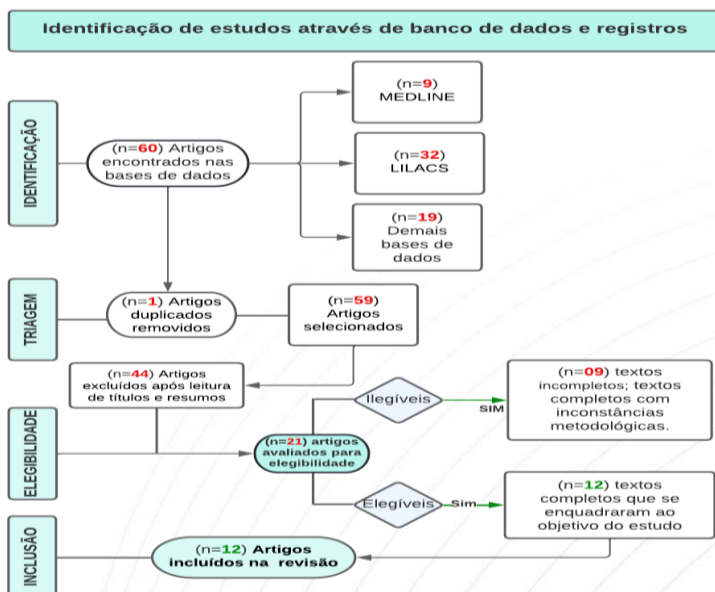
A busca foi realizada por duas pesquisadoras de maneira independente no período de junho e julho de 2023. A estratégia utilizada foi a busca e análise dos textos de bibliografias eletrônicas encontradas nas bases de dados Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e Medical Literature Analysis and Retrieval System Online (MEDLINE), através da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS).

Após a coleta de dados, os títulos dos resumos foram analisados para verificar a elegibilidade, permitindo a exclusão de artigos que não atenderam às recomendações da especificação do estudo. Havendo sempre um consenso entre as pesquisadoras. Foi construída uma tabela contendo os seguintes itens: autor, ano, objetivos e resultados, com isso, possibilitando uma análise detalhada de cada artigo selecionado como parte da revisão. Os dados foram expostos, por meio da apresentação dos resultados através de 1 fluxograma e 1 quadro, assim, facilitando a compreensão e visualização ao leitor.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

As estratégias de busca proporcionaram a obtenção de 60 achados na busca principal, de modo que após a aplicação dos critérios de elegibilidade e exclusão, mantiveram-se para a construção do estudo 12 que se adequaram fielmente aos critérios para a investigação mais detalhada. As exigências estão expostas no fluxograma, e os principais artigos aprofundados no quadro 1.

Fluxograma 1 – Demonstração do processo metodológico de busca e seleção dos artigos



Fonte: elaborado pelos autores, 2023.

Quadro 1 – Levantamento de dados e análise dos artigos selecionados.

AUTOR	ANO	OBJETIVO	RESULTADOS
ROCHA et al.	2023	Analisar o processo de implantação, situação atual e perspectivas do PRHOAMA da rede pública de saúde de Belo Horizonte (Brasil) segundo as diretrizes da PNPIC.	O estudo aponta que a ausência do conhecimento dos gestores e profissionais sobre a PNPIC, falta de investimentos na área, bem como a divulgação das práticas são primordiais para um insucesso da política. Fatores como a falta de profissionais capacitados para a atuação com as PICS, incentivos governamentais, apoio populacional e profissional também está correlacionado.
SOARES; PINHO; TONELLO.	2020	Realizar o diagnóstico situacional das PICS na Atenção Primária à Saúde (APS) do estado do Maranhão.	Diversas dificuldades são notórias para a integral implementação das PICS no contexto da saúde brasileira, bem como a falta de um financiamento para essa política pois não há um orçamento específico, desafio gerencial e profissional. Nos municípios, os profissionais enfrentam desafios para seu desenvolvimento, apesar do desejo de realizá-las, obstáculos maiores na gestão. Há a necessidade de sua regulamentação por meio de políticas municipais.
SILVA et al.	2020	Apresentar algumas reflexões acerca da emergência da proposta de uma política nacional de integração das PICS no SUS, bem como	Nos estados e municípios as experiências relacionadas as PICS foram implantadas de formas desiguais e descontinuadas, os profissionais que as realizavam eram vistos como “pioneiros” e sem acordos formais com os gestores.



		elementos de suas mudanças e permanências.	
JALES et al.	2018	Identificar o conhecimento e a aplicação das práticas integrativas e complementares pelos enfermeiros da atenção básica.	Os profissionais necessitam de capacitações e incentivos gerenciais para que possam atuar de maneira à luz da PNPIC. Falta de conhecimento e estrutura para o desenvolvimento.
RUELA et al.	2019	Analisar a implementação, o acesso e o uso das PIC no SUS, por meio de revisão da literatura nacional publicada após a implantação da PNPIC.	Baixa adesão dos profissionais e falta de especialização para a realização de PICS, resistência à implantação por alguns profissionais, falta de apoio da gestão. A capacitação se mostra como um dos principais empecilhos, bem como a permanência do modelo biomédico.
SAVARIS et al.	2019	Investigar a implantação das práticas integrativas e complementares e avaliar o uso, formação e aceitação dessas práticas pelos profissionais que atuam na Atenção Primária à Saúde (APS).	Os resultados da pesquisa sugerem que tanto gestores, profissionais e usuários ou desconhecem as PICS ou têm pouca apropriação/engajamento neste campo. Grande desafio para institucionalização e pouca capacitação dos profissionais.
SOARES et al.	2019	Analisar o discurso dos enfermeiros da Atenção Básica em relação à Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde.	Os profissionais demonstraram o desconhecimento da política, mesmo assim já utilizaram das PICS sem embasamento teórico. Há um déficit no conhecimento da PNPIC, ausência da política no processo formativo e carência de capacitações. Há pouca oferta, no que tange ao ensino superior, de disciplinas que abordem a temática e que, conseqüentemente, auxiliariam em uma maior capacitação e oferta.
CRUZ; SAMPAIO.	2016	Revisar a literatura indexada em bases de dados para a busca de evidências científicas relacionadas às práticas integrativas e complementares, no período compreendido entre 2006 e 2012.	No Brasil, as práticas são realizadas majoritariamente na Atenção Básica, não se expandindo para os outros níveis de saúde. Bem também, como outros estudos, evidenciou que há a falta de conhecimento sobre as PICS, bem como uma ineficiência de conhecimentos e comunicação e descrença dos profissionais e a preferência dos gestores. Resistências e preconceitos relacionados à efetividade e segurança, devido a falta de informações.



CONTATO RE et al.	2015	Mapear a produção acadêmica sobre os usos, os tipos de cuidado e as políticas sobre estas PIC no nível de atenção primário em saúde, nos cenários nacional e internacional.	A validação científica para a aplicação das PICS na APS ainda está em construção. Na literatura, há alta dispersão de publicações em grande número de periódicos. Além disso há a falta de veículos adequados para a divulgação de conhecimentos relacionados às PICS.
SOUSA et al.	2012	Analisar as características da oferta e produção de práticas integrativas e complementares no SUS entre os anos 2000 e 2011, com base em bancos de dados nacionais sobre oferta, profissionais e produção, vis-à-vis dados primários da atenção primária em saúde, coletados nos municípios de Campinas, Florianópolis e Recife.	Há uma imprecisão conceitual acerca das PICS, o que dificulta seu registro, fragilidade na institucionalização das práticas e sua avaliação. Há uma grande dificuldade na avaliação, monitoramento e nos resultados alcançados, além disso, a subnotificação também é evidente.
CRUZ; SAMPAIO.	2012	Investigar o uso de práticas complementares por uma comunidade pertencente à área de abrangência de uma Unidade de Saúde da família, observando a importância atribuída, assim como a visão dos profissionais da equipe quanto ao uso e significado dessas práticas, e a aproximação com o tema após quase cinco anos da publicação da PNPIC.	Muitas das pessoas ainda usam as PICS de maneira principiante, sem muito aprofundamento e as mais utilizadas são as mais populares, a exemplo do uso de plantas medicinais e que são advindas do conhecimento e tradição popular, mas, práticas como a homeopatia, acupuntura e outras práticas não são tão utilizadas grandemente. A visão pela população diante das PICS é positiva, bem como também pelos profissionais.
THIAGO; TESSER.	2011	Analisar a percepção de profissionais da Estratégia de Saúde da Família sobre práticas integrativas e complementares.	Insatisfações com o modelo biomédico vigente e suas práticas têm sido grandes atrativos para mais usuários das práticas integrativas. A conceituação inadequada pode ser um dos fatores para que os profissionais de saúde desconheçam tais práticas e não as adotem mais rotineiramente e querem aplicá-las apenas a nível primário ou secundário. Há também ainda, ignorância sobre o assunto.



Grande parte dos estudos analisados evidenciaram que os principais desafios para uma implantação integral da PNPIC são: a falta de conhecimento dos gestores e a capacitação dos profissionais integrantes das equipes multidisciplinares atuantes nas Equipes de Saúde da Família (ESF), bem como a falta de investimento específico e estrutural para dar um maior fomento à prática das PICS no contexto da Atenção Básica.

Uma questão que deve ser levada em consideração neste contexto é a questão da educação em saúde, com foco maior na mudança nas metodologias de ensino dos cursos de graduação, para que, os futuros profissionais, possuam, ao adentrar no mercado de trabalho, com o conhecimento técnico-científico para poderem atuarem mais profundamente no campo das PICS dentro de seus contextos laborais. Não somente no âmbito das graduações, mas também na forma de educação permanente, pois será de grande valia para uma maior visibilidade dessa forma de cuidar em saúde e repensar a concentração alopática (AGUIAR; KANAN; MASIERO, 2019).

A formação de recursos humanos para a atuação na esfera das práticas integrativas e complementares no contexto educacional brasileiro é insuficiente e difusa, possuindo limitações de oferta e na qualidade de ensino profissional. Os profissionais, que em suas vivências acadêmicas que puderam contemplar as orientações sobre as PICS estão aptos na contribuição da melhoria do relacionamento com os pacientes, diminuem abordagens invasivas e insensíveis, ampliando a integralidade do cuidado e ofertar mais resolubilidade (NASCIMENTO et al., 2018).

As PICS são vistas e procuradas pela população como uma forma de resgate às tradições e a medicina tradicional, que muitas vezes, opõem-se ao modelo biomédico que é predominante hodiernamente, mostrando novas possibilidades de se construir a assistência em saúde. A inclusão das PICS mostra-se como um meio favorável de se construir espaços de saúde mais humanizados dentro do SUS, sendo relevante sua abordagem. Mesmo com os muitos benefícios e o interesse da população em usufruí-las, grandes são os desafios gerenciais, humanitárias e estruturais para viabilizá-las de uma forma totalitária (COUTO ASSIS et al., 2018).

A gestão dos serviços pode ser apontada como um dos empecilhos para alavancar a prestação das atividades com as PICS, uma vez que há a desvalorização gera a precarização e o planejamento das práticas. Muitas vezes, o gestor não conhece ou não é habituado com tais tratamentos, fazendo com que haja uma pouca procura e consequentemente, aplicação. Muitos dos profissionais atuantes e que conhecem e tentam introduzi-las possuem dificuldades. Há também uma certa inviabilidade em implantar com a realidade vigente nos serviços (SILVA et al., 2021).



Um estudo de Vieira e Martins Filho (2022), buscou elencar as percepções de secretários de saúde acerca das PICS, e apesar de muitos conhecerem e saber o quão agregadoras são as práticas, mas, há a falta de capacitação profissional e a falta de recursos financeiros para os materiais necessários. Devido à falta de recursos específicos atrelados à PNPIC para custear o necessário neste cenário, é um grande impasse para a instituição das práticas no sistema de saúde nacional. A única prática integrativa que conta com um código específico para seu custeio é a de fitoterápicos e plantas medicinais.

Existe também um quadro de desigualdade no quesito de abrangência das PICS nas regiões do país, a maior oferta dá-se no Sudeste, região com um maior desenvolvimento e a menor, dá-se no Nordeste. Dados do Ministério da Saúde mostram o avanço e crescimento das práticas, mas não quer dizer que exista uma institucionalização e sustentação da política. Apenas recomendações advindas de portarias não dão fomento suficiente para um fortalecimento e desenvolvimento desta, pois, existem fragilidades e instabilidades na oferta, e a dificuldade para o monitoramento e avaliação para garantir maior segurança e qualidade (BARBOSA et al., 2019).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar da consistência e precisão da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares e as mudanças com ela obtidas, muito ainda é necessário para que se alcance a plenitude de aplicabilidade em toda a rede de saúde. Urge que alterações sejam feitas, principalmente nos quesitos de gerência, educação permanente em saúde, orçamento e capacitação dos profissionais para que a cultura das práticas integrativas possa ser mais trabalhada e difundida. Faz-se necessário, diante do surgimento da política, que já nos cursos de graduação voltados para a área da saúde, de natureza privada ou pública, capacitem os discentes, tecnicamente e cientificamente, para atuarem com as PICS, integrando cada vez mais estas aos serviços que a eles serão designados.

Em questão de gerenciamento, é importante que o Ministério da Saúde possa realizar capacitações para os gestores e sanar as dúvidas que impedem a inteireza da aplicação das PICS nos serviços de saúde que não as detém ainda. E em relação ao orçamento, faz-se necessário que seja revista a política e incluído nela o arcabouço financeiro para arcar com a compra de insumos e capacitações permanentes para os profissionais que atuam com as PICS. A comunicação para a população também seria útil instrumento para a difusão majoritária das práticas.



A principal limitação desse estudo foi a questão dos achados nas bases de dados e a pouca produção científica acerca da problemática.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, J.; KANAN, L. A.; MASIERO, A. V. Práticas Integrativas e Complementares na atenção básica em saúde: um estudo bibliométrico da produção brasileira. **Saúde em Debate**, v. 43, n. 123, p. 1205–1218, out. 2019.

AMADO, D. M. et al. Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no Sistema Único de Saúde 10 anos: avanços e perspectivas. **JMPHC | Journal of Management & Primary Health Care | ISSN 2179-6750**, v. 8, n. 2, p. 290–308, 2017.

BARBOSA, F. E. S. et al. Oferta de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde na Estratégia Saúde da Família no Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, n. 1, e00208818, 2019.

COUTO ASSIS, W. et al. Novas formas de cuidado através das práticas integrativas no Sistema Único de Saúde. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde**, v. 31, n. 2, p. 1–6, 22 jun. 2018.

HABIMORAD, P. H. L. et al. Potencialidades e fragilidades de implantação da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, n. 2, p. 395–405, fev. 2020.

NASCIMENTO, M. C. DO et al. FORMAÇÃO EM PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES EM SAÚDE: DESAFIOS PARA AS UNIVERSIDADES PÚBLICAS. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 16, n. 2, p. 751–772, 16 abr. 2018.

REIS, B. O.; ESTEVES, L. R.; GRECO, R. M. AVANÇOS E DESAFIOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DAS PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES NO BRASIL. **Revista de APS**, v. 21, n. 3, 30 jan. 2019.

RUELA, L. DE O. et al. Implementação, acesso e uso das práticas integrativas e complementares no Sistema Único de Saúde: revisão da literatura. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 24, n. 11, p. 4239–4250, nov. 2019.

SILVA, G. K. F. DA et al. Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares: trajetória e desafios em 30 anos do SUS. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 30, n. 1, 2020.

SILVA, J. F. T et al. Os desafios para a implementação das práticas integrativas e complementares na atenção primária à saúde. **Revista de Casos e Consultoria**, [S. l.], v. 12, n. 1, p. e26298, 2021.

VIEIRA, L. DE O.; MARTINS FILHO, I. E. Secretários de saúde e aspectos relacionados à gestão das Práticas Integrativas e Complementares. **Saúde e Sociedade**, v. 31, n. 4, p. e210698pt, 2022.